

ASPECTOS GERAIS

FALÊNCIA

- Igualdade entre credores
- Exclusão de empresários com insucesso
- Mecanismo de controle da economia
- Aplica-se a { empresário
sociedade empresária
(Devedores civis = Concurso de credores)



NOVIDADE!

(Lei 14.112/2020)

No caso do produtor rural em seu período não empresarial, somente estarão sujeitos à recuperação judicial os créditos que decorram exclusivamente da atividade rural, ainda que não vencidos.

- Mais vantajoso que o concurso de credores, pois:
 - Há possibilidade de a empresa se recuperar
 - As obrigações do falido são extintas mesmo que as dívidas não sejam totalmente quitadas.

PRINCÍPIOS DA FALÊNCIA

- *Par conditio creditorum*: todos os credores devem ter igualdade de condições para receber seus créditos.
- **Vinculação patrimonial**: todos os bens e direitos do devedor ficam afetados para o pagamento dos credores.
- **Maximização dos ativos**: deve-se visar o maior montante possível.

Preservar e otimizar a utilização dos bens ativos recursos } produtivos
Inclusive intangíveis

- **Celeridade e economia processual** (+ universalidade do juízo falimentar, publicidade, etc.)

falência
FALÊNCIA

FALÊNCIA x RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA	RECUPERAÇÃO JUDICIAL
= Fim da atividade	= Possibilidade de continuidade da atividade
O devedor perde o direito de administrar seus bens e deles dispor	O devedor e administradores são mantidos. (Sob fiscalização do comitê, se houver, e do administrador judicial)

APLICAÇÃO DA FALÊNCIA

- Devedor empresário
- Insolvência
- Sentença declaratória da falência



- Aplica-se a { empresário
sociedade empresária
- A Lei de Falências **não** se aplica a: **DECORE!**
 - Sociedades simples
 - Cooperativas
 - Consórcios
 - Cooperativas de crédito
 - Instituições financeiras
 - Operadoras de plano de saúde
 - Sociedades de capitalização
 - Profissionais liberais
 - Empresas públicas
 - Seguradoras
 - Sociedades de economia mista
 - Sociedades de advogados
 - Entidades de previdência complementar

FALÊNCIA

OBJETIVOS DA FALÊNCIA



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, **visa** a:

- **Preservar e a otimizar** a utilização dos recursos produtivos (inclusive os intangíveis, da empresa)
- Permitir a **liquidação célere** das empresas inviáveis, com vistas à **realocação eficiente** de recursos na economia
- **Fomentar o empreendedorismo**
 inclusive por meio da viabilização do retorno célere do empreendedor falido à atividade econômica.

A falência é mecanismo de **preservação de benefícios econômicos e sociais** decorrentes da atividade empresarial, por meio da **liquidação imediata** do devedor e da **rápida realocação** útil de ativos na economia.

PRESSUPOSTOS PARA A FALÊNCIA

INSOLVÊNCIA

- Passivo a descoberto (Passivo > Ativo)
- Tem caráter **jurídico** (Não econômico)

REQUISITOS

1. Impontualidade injustificada:
 - **Sem** relevante razão de direito,
 - Não paga no vencimento,
 - Obrigação **líquida**,
 - Materializada em **título** executivo **protestado**,
 - Cujas soma ultrapasse **40 salários** mínimos

→ **Não** se aplica se provado:

 - Falsidade de título
 - Prescrição
 - Pagamento
 - Extinção/suspensão da obrigação
 - Vício no protesto/instrumento
 - Pedido de recuperação judicial
 - Cessações das atividades empresariais > 2 anos antes do pedido de falência.

SÚMULA 248 - STJ DECORE!

"Comprovada a prestação dos **serviços**, a **duplicata** não aceita, mas **protestada**, é **título hábil** para instruir pedido de falência."

FALÊNCIA

2. Atos "suspeitos"
Atos de falência: (**Exceto** se parte do plano de recuperação judicial)
 - Liquidação antecipada dos ativos (Ou por meios fraudulentos)
 - Realiza negócios simulados ou alienações para fraudar credores
 - Simula transferência de seu principal estabelecimento
 - Ausenta-se sem deixar representante, abandona o estabelecimento
 - Deixa de cumprir o plano de recuperação judicial.
3. Execução frustrada:
 - Qualquer quantia líquida (sem valor mínimo)
 - Não

Paga
Deposita quantia
Nomeia bens à
penhora

JUÍZO FALIMENTAR

INDIVISÍVEL

- Em regra, todas as ações referentes a bens interesses } serão julgadas por ele
negócios }

EXCEÇÕES

- Causas **trabalhistas** (Até o encerramento do processo de conhecimento)
- Causas **fiscais**
- Ações que demandem quantias **ilíquidas**
- Em que o falido seja **autor/litisconsorte ativo**, não reguladas na LRE.

UNIVERSAL

- = Regra única para os **credores**.
(Todos submetem-se ao mesmo juízo)

FORO PARA AJUIZAMENTO

- = Juízo do local do **principal estabelecimento** do devedor ou **filial** de empresa com sede no exterior.

falência

ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA

- Magistrado:**
 - Conduz o processo falimentar
 - Pode autorizar venda antecipada de bens
 - Nomeia o administrador judicial e aprova suas contas
- Ministério Público:**
 - Age como fiscal da lei
- Órgãos de falência:**
 - Administrador judicial
 - Comitê de credores
 - Assembleia geral de credores

POLO ATIVO

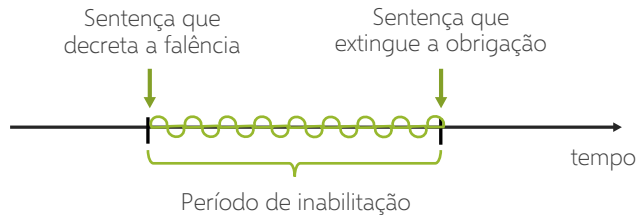
- Podem **requerer** a falência do devedor:
 - O próprio devedor (= autofalência)
 - Cônjuge sobrevivente
 - Quotista ou acionista
 - Herdeiro
 - Inventariante
 - "Qualquer credor" (Se credor for empresário, deve comprovar sua regularidade) (literalidade)

DESISTÊNCIA DA AÇÃO PELO AUTOR:

- Antes** do oferecimento de contestação pelo devedor: poderá desistir da ação, **sem o consentimento** deste
- Após** —> somente com o **consentimento** do devedor.

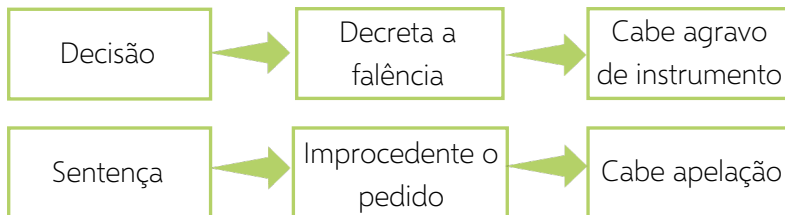
EFEITOS DA SENTENÇA

- Resulta na:
 - **Falência dos sócios** com responsabilidade **ilimitada**.
Sujeitam-se aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade
 - Perda do **direito** do devedor de **administrar** seus **bens** ou deles dispor.
 - **Inabilitação** do devedor para atividades empresariais:



💡NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.




FALÊNCIA
= SENTENÇA DECLARATÓRIA =

- A sentença deve, também:
 - Fixar o **termo legal** da falência
 - **Suspender todas as ações/ execuções** contra o falido
 - Proibir a prática de qualquer ato de disposição/ oneração de bens do falido
 - Ordenar ao registro que proceda à anotação da falência – “**falido**”
 - ordenará a **intimação eletrônica**, respectivamente, do MP e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, DF e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência.
💡NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

Decretada a quebra ou convalidada a recuperação judicial em falência, o **administrador deverá**, em até 60 dias, contado do termo de nomeação, **apresentar ao juiz plano detalhado de realização dos ativos**. (Lei 14.112/2020)
 (inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 dias)
 a partir da juntada de cada auto de arrecadação.

TERMO LEGAL DA FALÊNCIA

- = Lapso temporal **anterior** à decretação da falência em que os **atos** praticados pelo devedor podem vir a ser considerados **ineficazes**.
 - Período máximo = **90 dias** do
 - Pedido de falência
 - Pedido de recuperação jud.
 - Protesto por falta de pagamento
 - Fixado pelo juiz
- Ainda que o contratante **não saiba** da crise econômico-financeira do devedor
- Ainda que a **intenção** do devedor não seja fraudar credores
- Podem ser **ineficazes** em relação à **massa falida**:
 1. Pagamento de dívidas **vincendas**
 2. Pagamento de dívidas **vencidas** e **exigíveis** por forma **não prevista** em contrato
 3. Constituição de **direito real** de **garantia** de dívida contraída **anteriormente**.
 4. Prática de **atos gratuitos** (Até **2 anos** antes da decretação da falência)
 5. Renúncia a **herança/legado** (Até **2 anos** antes da decretação da falência)
 6. **Venda/transferência** de **estabelecimento** sem consentimento expresso ou pagamento de todos os credores (Se não restarem bens suficientes)
 7. Transações envolvendo **imóveis**. (Salvo se tiver havido prenotação anterior)


Nenhum dos atos acima que tenha sido previsto e realizado conforme o plano de recuperação judicial ou extrajudicial será declarado ineficaz ou revogado.  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

falência

SUSPENSÕES



- Decretação da **falência** ou deferimento da **recuperação judicial** suspende:
 - **as execuções** ajuizadas contra o devedor sujeitas ao regime da Lei 14.112/2020 (excluem-se, por exemplo, os créditos trabalhistas e tributários)
 - **Inclusive** aquelas dos **credores particulares** do **sócio solidário**.
 - o curso da **prescrição** das **obrigações** do devedor.

Na recuperação judicial, a suspensão não excederá a 180 dias do deferimento **prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com o atraso.**  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)


ASPECTOS GERAIS

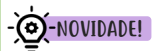
= É um auxiliar do juiz



ATENÇÃO!

Não há administrador judicial na recuperação extrajudicial!

- É **preferencialmente**:
 - Advogado
 - Pessoa jurídica autorizada
 - Administrador
 - Contador
- **Remuneração** fixada pelo juiz, observado:
 - Capacidade de pagamento do devedor
 - Complexidade do trabalho
 - Valores de mercado
-  **Créditos** devidos ao administrador judicial e seus auxiliares serão **extraconcursais**.
- Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial **não excederá 5%** do valor devido aos credores submetidos à R.J. ou do valor de venda dos bens na falência.



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao **limite de 2%**, no caso de **microempresas, empresas de pequeno porte e produtor rural pessoa física**.

 (desde que o valor da causa não exceda R\$4.800.000,00)

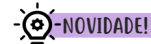
falência

= ADMINISTRADOR JUDICIAL =





FUNÇÕES

- Na **falência**: administra a sociedade (O devedor é afastado)
- Na **recuperação judicial**: fiscaliza as atividades da empresa e o cumprimento da recuperação judicial



NOVIDADE!

- A Lei 14.112/2020 **ampliou o rol de funções** do Administrador.
- **Destaques**:
 - **Fiscalização das negociações** entre devedor e credor
 - Deliberações na assembleia-geral de credores por meio de **parecer nas recuperações de empresas**.
 - Na **falência**:
 - Apresentação de **termo de realização dos ativos em 60 dias** de seu termo de nomeação
 - **Venda dos bens** arrecadados no prazo de:
 - 30 dias  despesas do processo
 - 180 dias  todos os bens,
(contados do termo de arrecadação)

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

- = Órgão colegiado → delibera sobre matérias que **afetam** os interesses dos **credores**.
- Presidida pelo administrador judicial

CLASSES DE CREDORES

- Titulares de créditos:
 1. Derivados da legislação do trabalho ou de acidentes de trabalho
 2. Com garantia real
 3. Quirografários + subordinados
 4. Enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Quóruns

- 1ª convocação: > ½ créditos de cada classe
- 2ª convocação: qualquer quantidade

Aprovação: > ½ votos presentes

(Regra geral) (Voto proporcional ao crédito)

DELIBERAÇÕES E VOTOS



-NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

Qualquer deliberação da assembleia-geral de credores poderá ser substituída, com idênticos efeitos, por:

- Termo de adesão (respeitado o quórum de aprovação específico)
- Votação realizada por meio de sistema eletrônico;
- Outro mecanismo reputado suficientemente seguro pelo juiz

COMITÊ DE CREDORES

- É facultativo (Se não existir, o administrador/juiz exercerá suas atribuições)
- Composição:

1 representante indicado por cada uma das seguintes classes de credores:

- Trabalhistas
- Com garantia real + privilégio especial
- Quirografários + privilégio geral
- Enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

- Principais atribuições:

- Fiscalizar atividades e examinar as contas do administrador judicial
- Zelar pelo bom andamento do processo e cumprimento da lei.

falência
= ÓRGÃOS DE FALÊNCIA =

Essas deliberações serão fiscalizadas pelo administrador judicial.



emitirá parecer sobre sua regularidade, previamente à sua homologação judicial.

(independentemente da concessão ou não da recuperação judicial)

FALÊNCIA

ORDEM DE PREFERÊNCIA DOS CRÉDITOS



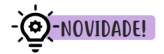
1. Créditos **extraconcursais** (Surgem no decorrer da falência)
2. Créditos da legislação **trabalhista** e (≤ 150 salários mínimos por credor) de acidentes do trabalho
3. Créditos gravados com **garantia real** (Até o limite do bem gravado)
4. Créditos **tributários** (Ressalvadas as multas e os extraconcursais)
5. Créditos **quirografários**
6. **Multas** contratuais { penais
+ penas pecuniárias { administrativas
tributárias
7. Créditos **subordinados**
8. **Juros vencidos** após a decretação da falência - **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Créditos **quirografários**:

- aqueles **não previstos** na lista ao lado
- incluem os antigos com **privilégio real ou especial**
- os saldos dos créditos **não cobertos pelo produto da alienação dos bens** vinculados ao seu pagamento
- os saldos dos créditos derivados **da legislação trabalhista que excederem 150 salários mínimos** (Lei 14.112/2020)

Créditos **subordinados**:

- os assim previstos em **lei ou em contrato**;
- os créditos dos **sócios e dos administradores** sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado;



FALÊNCIA

ALIENAÇÃO DOS ATIVOS



NOVIDADE!

(Lei 14.112/2020)

Será por uma das modalidades

- leilão
 - Eletrônico
 - Presencial
 - Híbrido
- processo competitivo organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada
- qualquer outra modalidade, desde que aprovada pela assembleia de credores

Frustrada a tentativa de venda dos bens da massa falida e não havendo proposta concreta dos credores para assumi-los, eles poderão ser destinados à doação.

Se não houver interessados na doação, os bens serão devolvidos ao falido.

LIQUIDAÇÃO

Realização do ativo (venda)

Pagamento do passivo

Tem início independentemente da formação do quadro geral

O adquirente do estabelecimento no processo falimentar está livre de responsabilidade por dívidas anteriores de qualquer natureza

ORDEM DE LIQUIDAÇÃO DO ATIVO

1. Alienação da empresa, com venda dos estabelecimentos em bloco.
2. Alienação da empresa, com venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente.
3. Alienação em bloco dos bens de cada estabelecimento.
4. Alienação dos bens individualmente.

FALÊNCIA

CRÉDITOS

Com base nos livros e documentos do devedor

Verificação dos créditos

Administrador judicial

Habilitação do crédito

Credor

Deve apresentar sua habilitação ou divergência em até **15 dias** da publicação do **edital**.

RATEIO NA FALÊNCIA



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

- Deverá ser formado **quadro-geral de credores**,
 - = créditos não impugnados constantes do edital
 - + julgamento de todas as **impugnações** apresentadas **no prazo**
 - + julgamento realizado **antes** das habilitações de crédito recebidas como **retardatárias**.
- Habilitações retardatárias** não julgadas = reserva do valor controvertido, mas **não impedirão o pagamento da parte incontroversa**.

RESTITUIÇÃO DE BENS DE TERCEIROS

- O proprietário pode **pedir restituição** de seus bens que estiverem em poder do devedor na data de decretação da **falência**.
- Também pode ser **pedida a restituição**: **CAI MUITO!**
 - De **coisa vendida a crédito entregue** ao devedor nos **15 dias** anteriores ao requerimento da falência.
 - ↪ Ou o seu valor em dinheiro, se o bem não mais existir.
 - Do **adiantamento** a contrato de **câmbio** para exportação.
 - De **valores entregues** pelo contratante de **boa-fé**, no caso de revogação ou ineficácia do contrato.

ATENÇÃO!

Ainda que o **quadro-geral de credores** não esteja formado, o **rateio** de pagamentos na falência **poderá ser realizado** desde que a classe de credores a ser satisfeita já tenha tido todas as impugnações judiciais apresentadas no prazo previsto.

falência

ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA

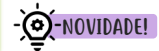
Concluída a realização do ativo e o pagamento dos credores

Relatório do administrador judicial

Juiz encerra a falência por sentença

- O **prazo prescricional** das obrigações do falido **recomeça** a correr do dia que **transitar em julgado** a **sentença** de encerramento da falência.
- Se **prescritas ou extintas as obrigações** → o sócio de responsabilidade **ilimitada** poderá **requerer** que seja declarada por sentença a **extinção de suas obrigações** na falência.

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO



Se houver:

- Pagamento de **todos** os créditos
- Pagamento de mais de **25%** dos créditos **quirografários**, após realizado todo o ativo
(É facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem)
- Decurso de **3 anos** da decretação da falência
(Ressalvado o uso dos bens arrecadados anteriormente, que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores)
- O **encerramento da falência**

A sentença que declarar extintas as obrigações do falido só poderá ser **rescindida por ação rescisória**,

- a pedido de **qualquer credor**
 - caso o falido tenha **sonegado**
 - bens
 - direitos ou
 - rendimentos
- anteriores ao requerimento da extinção.

OBJETIVO

Para evitar a falência!

- = Viabilizar a **superação** da situação de **crise** econômico-financeira do devedor.
- Manutenção de:
 - Fonte produtora
 - Emprego dos trabalhadores
 - Interesses dos credores

PROMOVE:

Preservação da empresa

- + Função social
- + Estímulo à atividade econômica

SUJEITO ATIVO

- = Empresário ou sociedade empresária
- Cumprir os requisitos legais (Detalhes no mapa seguinte.)

MEIOS DE RECUPERAÇÃO

- Lista **exemplificativa** no **art. 50** da L.R.E.
- Exemplos importantes:
 - Prazos/condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas
 - Cisão, incorporação, transformação...
 - Alteração do controle societário
 - Aumento do capital social
 - Substituição dos administradores
 - Trespasse/arrendamento do estabelecimento
 - Constituição de sociedade de credores
 - Venda parcial de bens
 - Emissão de valores mobiliários

 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

- Conversão de **dívida em capital social**
- **venda integral** da devedora

desde que **garantidas** aos credores não submetidos ou não aderentes **condições**, no mínimo, equivalentes às aquelas que teriam na falência.

RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

RECUPERAÇÃO JUDICIAL = REQUISITOS =

REQUISITOS SUBJETIVOS



1. Exercer **regularmente** a atividade empresária há mais de **2 anos**.
2. Não ser **falido**. (Ou, se foi, teve seus efeitos extintos.)
3. Não ter obtido **recuperação judicial** nos últimos **5 anos**.
4. Não ter sido condenado por **crime falimentar**.
5. Não ter sócio ou administrador condenado por **crime falimentar**.
6. Não estar pendente pedido de **recuperação judicial** ou ter obtido homologação de outro plano de **recuperação extrajudicial** há menos de **2 anos**.



Se **companhia aberta**, serão obrigatórios a formação e o funcionamento do **conselho fiscal**, enquanto durar a fase da recuperação judicial.

(Lei 14.112/2020)

REQUISITOS OBJETIVOS

1. Não prever o **pagamento antecipado** de nenhuma dívida.
2. Dar **tratamento igualitário** aos credores.
3. Só abranger créditos constituídos até a **data do pedido**.
4. **Consentimento** de credor garantido para **alienação/supressão/substituição** de garantia real.
5. Não conceder afastamento de **variação cambial** sem anuência do credor.

APLICAÇÃO

- **Regra:** aplica-se a **todos os créditos** existentes à data do pedido.
 Ainda que não vencidos!
- **Não se aplica:**
 1. Créditos **tributários**. *
 2. Credor proprietário **fiduciário**.
 3. Credor arrendador mercantil, proprietário ou promitente vendedor de **imóvel** cujos contratos tenham cláusula de **irrevogabilidade** ou **irretratabilidade**.
 4. Credor de **adiantamento** de contrato de **câmbio**.
 5. Recursos de **Crédito Rural** da Lei 4.829/65  **NOVIDADE!**
 6. **Crédito e garantia** relativo à dívida:
 - constituída nos **3 últimos anos anteriores** ao pedido de recuperação judicial e
 - **contraída** para **aquisição de propriedades rurais**, bem como as respectivas garantias.

 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

No caso de **atividade rural** por pessoa física ou jurídica, somente estarão sujeitos à recuperação judicial os **créditos que decorram exclusivamente da atividade rural**, ainda que não vencidos.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

* CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- **Não** estão sujeitos à recuperação.
- A literalidade da **lei de falências** exige a apresentação de **certidão negativa de débitos** para concessão da recuperação.

LEI 13.043/2014


O empresário com recuperação judicial pleiteada/deferida poderá **parcelar** seus créditos tributários em até **84 vezes**.

APRESENTAÇÃO PELO DEVEDOR

- Deve ser apresentado em até **60 dias** da publicação da decisão que deferiu a recuperação.

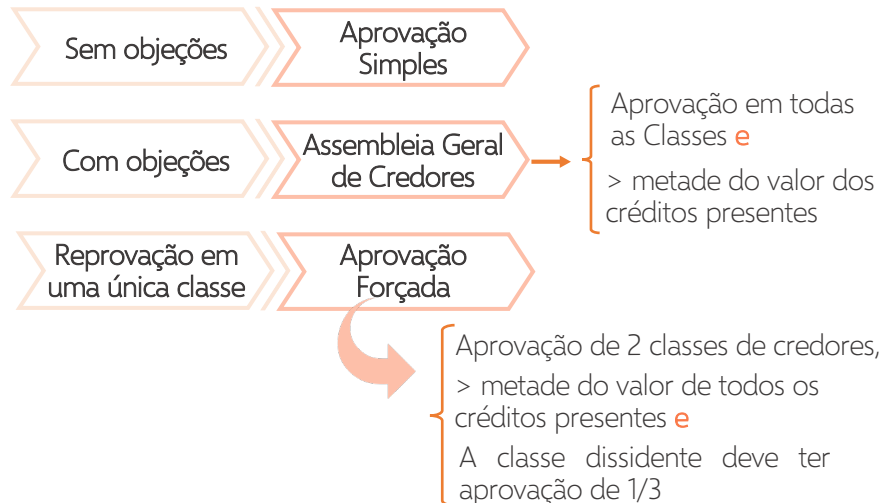
Se perder o prazo: convalidação em falência

PLANO PROPOSTO PELOS CREDORES

- Caso haja **rejeição** do plano → os credores podem apresentar um próprio em **até 30 dias**
- Poderá prever a **capitalização dos créditos**, inclusive com a consequente **alteração do controle da sociedade** devedora.  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

permitido o exercício do direito de retirada pelo sócio do devedor.

APROVAÇÃO (Se rejeitado, o juiz decretará a falência do devedor)



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

= PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL =

CRÉDITOS TRABALHISTAS

- O plano não pode prever **prazo > 1 ano** para o pagamento dos créditos de: **trabalho ou acidentes de trabalho** (vencidos até o pedido de recuperação judicial)

 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Esse prazo poderá ser **estendido** em até **2 anos**, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, **cumulativamente**:

- apresentação de **garantias** julgadas suficientes pelo juiz;
- aprovação pelos credores** titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho;
- garantia da integralidade do pagamento** dos créditos trabalhistas.

FORO PARA PEDIR A RECUPERAÇÃO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

= Juízo do local do **principal estabelecimento** do devedor ou **filial** de empresa com sede no exterior.

➡ Não necessariamente será a **matriz!** ⚠ ATENÇÃO!

💡 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Caso a constatação prévia demonstre que o **principal estabelecimento** do devedor **não** se situa na área de competência do juízo, o juiz deverá determinar a **remessa dos autos**, com urgência, ao juízo competente.

DISPOSIÇÕES IMPORTANTES

- **Valor da causa** = montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.
- O juiz pode, se achar necessário, nomear **profissional** de sua confiança para **verificar** as reais condições de:
 - **funcionamento** da requerente
 - regularidade e completude da **documentação** apresentada

➡ Caso haja indícios de fraude, o juiz poderá indeferir a petição inicial, sem prejuízo de oficiar ao Ministério Público

CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA

1. Deliberação da **assembleia geral** de credores.
 2. **Não apresentação** do plano de recuperação no prazo.
 3. **Rejeição** do plano de recuperação.
 4. **Descumprimento** de qualquer obrigação do plano de recuperação.
- **Não** impede a decretação de falência por inadimplemento de **obrigação não sujeita** à recuperação judicial.
 - Os credores terão **reconstituídos** seus direitos e garantias nas condições **originalmente contratadas**.

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL



REQUISITOS

REQUISITOS SUBJETIVOS

1. Exercer **regularmente** a atividade empresária há mais de **2 anos**
2. Não ser **falido** (ou, se foi, teve seus efeitos extintos)
3. Não ter obtido **recuperação judicial** no últimos **5 anos**
4. Não ter sido condenado por **crime falimentar**
5. Não ter { sócio ou administrador } sido condenado por **crime falimentar**
6. Não estar pendente pedido de **recuperação judicial** ou ter obtido homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de **2 anos**.

ASPECTOS GERAIS

- Ocorre no âmbito extrajudicial mas o **juiz a homologa**
(Homologação pode ser **facultativa**, se de comum acordo, ou **obrigatória**)
- **Não impede** a **negociação** entre o devedor e os credores ou a realização de outras modalidades de **acordos** privados.

NÃO SE APLICA A



1. Créditos **tributários**
2. Créditos **trabalhistas** e de acidente de trabalho
3. Credor proprietário **fiduciário**
4. Credor arrendador mercantil, proprietário ou promitente vendedor de **imóvel** cujos contratos tenham cláusula de **irrevogabilidade/irretratabilidade**
5. Credor de **adiantamento** de contrato de **câmbio**

REQUISITOS OBJETIVOS

1. **Não** prever o **pagamento antecipado** de nenhuma dívida
2. Dar **tratamento igualitário** aos credores
3. Só abranger créditos constituídos até a **data do pedido**
4. **Consentimento** de credor garantido para **alienação, supressão ou substituição** de garantia real
5. **Não** conceder afastamento de **variação cambial** sem anuência do credor.